

# *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades* \*

**Paulo Peixoto**

## **Resumo**

Os “centros históricos” constituem um elemento central de uma nova sintaxe do espaço urbano. Enquanto objecto de estudo, são um instrumento privilegiado para analisarmos a dialéctica urbana da permanência e da mudança e para apreendermos a cidade no seu todo. É um objecto que permite, ao mesmo tempo, dar conta do hiato entre a cidade imaginada e ensaiada pelos projectos e a cidade vivida.

São estes desafios que nos levam a equacionar a questão dos “centros históricos” e da sustentabilidade cultural das cidade em três dimensões. No contexto das imagens que os projectos e as políticas de transformação urbana difundem e no modo como estas novas imagens se combinam ou entram em ruptura com imagens dominantes. No contexto dos fluxos turísticos e das dinâmicas do mercado urbano de lazeres. E, por fim, no contexto das intervenções urbanísticas e do significado social dessas intervenções.

## **Introdução**

Porque se tornaram, nas últimas décadas, os “centros históricos” um elemento incontornável da dimensão discursiva das intervenções urbanísticas e das políticas de reabilitação urbana? Esta questão, ainda que não encontre uma resposta cabal nas linhas do texto que se segue, e que seja mais uma fonte de perguntas que de respostas, leva-nos a questionar o lugar e as funções actuais dos núcleos urbanos antigos nas cidades que crescem para fora dos seus centros

---

\* Texto elaborado no âmbito do projecto de investigação “Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana (Praxis/P/SOC/13151/1998), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e executado pelo Centro de Estudos Sociais. Apresentado no colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003.

tradicionais. Mas leva-nos igualmente a reflectir sobre a cidade que, entre projectos e políticas, ora se parece transformar de uma forma vertiginosa, ora parece permanecer quase imutável na sua morfologia e na sua identidade.

A tese aqui defendida sustenta que os “centros históricos” constituem um elemento central de uma nova sintaxe do espaço urbano. Postula igualmente que, enquanto objecto de estudo, são um instrumento privilegiado para analisarmos a dialéctica urbana da permanência e da mudança e para apreendermos a cidade no seu todo. É um objecto que permite, ao mesmo tempo, dar conta desse imponderável hiato entre a cidade imaginada e ensaiada pelos projectos e a cidade vivida, onde as políticas urbanas tantas vezes se demoram, chegando, por vezes, a encalhar.

As nossas cidades, por via das profundas transformações ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas, lançam-nos um desafio a vários títulos estimulante. O desafio de equacionar até que ponto as cidades em que vivemos são culturalmente sustentáveis ou simbólica e funcionalmente congruentes com o seu passado recente. É este desafio que nos leva a equacionar a questão dos “centros históricos” e da sustentabilidade cultural das cidades em três dimensões. No contexto das imagens que os projectos e as políticas de transformação urbana difundem e no modo como estas novas imagens se combinam ou entram em ruptura com imagens dominantes. No contexto dos fluxos turísticos e das dinâmicas do mercado urbano de lazeres. E, por fim, no contexto das intervenções urbanísticas e do significado social dessas intervenções. A sustentabilidade não deixa, neste âmbito, de conter uma dimensão financeira, uma dimensão ecológica, bem como uma dimensão gestonária relacionadas com as operações, os objectivos e as prioridades das intervenções urbanísticas. Mas é a dimensão cultural da sustentabilidade, no domínio representacional e simbólico em que as cidades se movem, que constitui o enfoque da análise.

### **Os centros históricos e uma segunda vida das cidades**

A centralidade que a expressão “centro histórico” adquiriu nos discursos políticos, técnicos e jornalísticos, bem como o grau de reconhecimento e de consensualidade que parece ter obtido junto do público em geral, parece ser directamente proporcional ao grau de transformação e de urbanização das cidades portuguesas. Na verdade, quanto mais nítidos são os indicadores de transformação, mais acentuada parece ser a sensibilidade suscitada relativamente à urbanidade, aos signos que a tipificam e a uma ideia abstracta de património que os “centros históricos” parecem reificar. Quanto mais rápidas e

acentuadas são as mudanças, e mais visíveis e reais se tornam os efeitos da urbanização, maiores são a sensação de perda e a tentação para imaginar um passado harmonioso que, supostamente, se teria desenrolado nos “centros históricos”.

Sendo uma noção relativamente recente, que só ganha sentido face à proeminência e à centralidade de novos espaços citadinos, a expressão “centro histórico” tem vindo a ser recodificada por várias disciplinas científicas, da arquitectura ao urbanismo, passando pela história, pela antropologia, pela geografia, pela sociologia, *etc.*, dando origem a uma “metalinguagem do património” (Lamy, 1996). Metalinguagem que se torna evidente quando constatamos que, em muitos casos, aquilo que chamamos “centros históricos” são locais que, em rigor, não são nem centrais nem históricos. Por outras palavras, a expressão “centro histórico”, mais do que remeter para um objecto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa. Essa metalinguagem do património, de que a expressão “centro histórico” faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana. Em suma, representa as bases de uma cidade culturalmente sustentável. Nesta dimensão de metalinguagem do património, a expressão “centro histórico” não pode deixar de ser encarada como um recurso retórico das políticas de reabilitação urbana, encerrando em si própria muitas das ideologias que sustentam essas políticas. Mas a histeria patrimonial (Peixoto, 2002) em que participa representa igualmente um trunfo retórico que acaba por funcionar como um “perfeito *alibi*” para autarcas que, mostrando estar *noutro lugar* (onde a cidade se revê e a visibilidade é, por consequência, grande) provam não estar nos locais onde o caos urbanístico se expande e a responsabilidade política não tem paternidade.

A consciência patrimonial que subjaz à expressão “centro histórico” revela que os núcleos urbanos antigos são um reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado (Ashworth e Tunbridge, 2000). Qualquer consciência patrimonial se manifesta a partir de um traumatismo de ruptura. Ela é uma reacção contra o risco de desaparecimento, mas que arrasta consigo o objectivo de promover a regeneração. O luto, em sentido metafórico, se transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais numa memória colectiva: a dos antepassados e dos espaços comuns. A consciência patrimonial não deixa de ser um indicador desse estado de luto. Mas é mais que isso. Num processo fortemente identitário, como é o da formação de uma consciência patrimonial, a identidade não é o factor mais relevante. O factor mais significativo

é a assimilação colectiva da mudança (Colardelle, 1998) e a consciência patrimonial ajuda a promover essa assimilação. Num contexto de mutações brutais e com frequência dolorosas, como as que se têm manifestado com particular incidência nas cidades, a identidade funciona como consciência da acção. Só um rito colectivo de passagem, que inclua o luto e a magnificação do defunto, permite aos indivíduos suportar ou admitir a mudança, dando início à regeneração (*idem*, 1998). Daí o exacerbamento discursivo sobre o estado de defunto em que os “centros históricos” se encontram, bem como o argumento recorrente que com o eventual desaparecimento dos “centros históricos” desaparece aquilo que de melhor as nossas cidades e as nossas sociedades dispõem. Por isso, o que mais interessa, do ponto de vista da análise, é constatar que a consciência patrimonial responde às necessidades da sociedade futura. No contexto das políticas de reabilitação urbana, as verdadeiras razões de multiplicação infundável de projectos e de estratégias de patrimonialização permanecem frequentemente escondidas. Os “centros históricos”, enquanto dimensão da metalinguagem do património, prestam-se a acções pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e de experiências técnicas e sociais de ponta (Guillaume, 1980; Ashworth e Tunbridge, 2000).

Neste sentido, a eferescência patrimonial que se manifesta presentemente nos núcleos urbanos antigos não pode deixar de ser vista como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pelo crescimento das periferias e correspondente desertificação dos centros urbanos e pelo ritmo de desaparecimento de modos de vida tradicionais. A consciência patrimonial funciona, neste contexto, como uma invenção cultural. Ou seja, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado mais ou menos inerte e supostamente longínquo. Um certo grau de inércia, baseado no princípio de que é preciso morrer para nascer de novo, afigura-se mesmo como necessário para que a revivificação seja bem sucedida. A mais-valia estética associada a esse renascimento, transportando desejos de urbanidade, ideais de participação cívica e sentimentos comunitários, promove e sustenta uma construção retórica da sustentabilidade cultural urbana.

A refuncionalização desse passado, oscilando entre a reactivação, a reinvenção e a idealização, adquire formas muito diversas. No limite, ela balança entre uma dimensão retórico-folclórica de projectos que se resumem a protocolos de imprensa e uma dimensão que remete para políticas concretas de ordenamento urbano e de promoção local. A recodificação da expressão “centro histórico” tanto pode consistir em reactivar algo que já existia, mas que tendo deixado de

estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções (uma segunda vida), como manifestar-se através de operações de invenção e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade (Lowenthal, 1989) que traduzam esse carácter *sui generis* e a harmonia que sustenta as comunidades imaginadas (Anderson, 1991) que a expressão “centro histórico” pretende representar.

### ***Património e imagens urbanas***

A identidade e o estilo de uma cidade ou de uma região são, hoje em dia, definidos, de um modo visível, pela valorização ou invenção de um *património* (Peixoto, 2002). Parece ser muito nítido que o ritmo frenético da patrimonialização<sup>1</sup> se caracteriza por uma “reinvenção” semântica e funcional em vários domínios (Hobsbawm e Ranger, 1983; Lowenthal, 1996; Lamy, 1996), num sentido em que “a marca de tradição do património se converte em capital de inovação” (Fortuna, 1997). Por isso, a noção de conservação que invadiu a retórica alusiva às políticas urbanas é apenas o “mito necessário” que permite disfarçar que o “centro histórico” é muito mais que artefactos e hábitos do passado que foram preservados (Goodey e Ophir *apud* Ashworth e Tunbridge, 2000).

Não é despidiendo salientar que as cidades entraram, em vários domínios, numa lógica de empresarialização, sendo concebidas, frequentemente, como produtos a escoar em certos mercados. É, aliás, por isso que expressões como “gestão urbana”, “empresas municipais”, “*marketing* urbano”, ou, entre outras, “imagem de marca das cidades” se tornaram tão recorrentes nos nossos dias (Peixoto, 2000a). Nesta lógica de promoção de um produto, o *património* tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a “marca” que define um certo valor concorrencial e comunicacional. As cidades históricas representam, aliás, um dos modelos identitários de desenvolvimento urbano que mais se tem multiplicado (Peixoto, 2001), embora, com alguma frequência, essas cidades não sejam eminentemente históricas.

---

<sup>1</sup> Por patrimonialização entendemos, *grosso modo*, a atribuição de um protocolo formal de classificação e de protecção a uma variedade infindável de bens. Para uma exploração mais detalhada do sentido que atribuímos ao conceito de patrimonialização ver Peixoto (1997) e Frias e Peixoto (2001). Para uma caracterização do ritmo frenético de patrimonialização de “centros históricos” ver Peixoto (1997, 2000b e 2001).

Essa lógica de empresarialização que move as cidades motiva uma renovação identitária e uma difusão de novas imagens, que, *grosso modo*, se efectua de três formas imbricadas.<sup>2</sup> Quer através da dinamização cultural, como a organização de actividades e eventos de diferentes dimensões e regularidades que visam captar novos frequentadores para o espaço público (Cf. Ferreira, 1998; Santos e Abreu, 1999). Quer através de práticas urbanísticas e arquitectónicas que visam inscrever símbolos modernizadores nas paisagens urbanas (Cf. Ferreira, 1997). Quer ainda através da instrumentalização, da reinvenção e da revalorização de um património histórico que é o suporte de uma estratégia de criação e de aferição de um espírito de lugar (Cf. Fortuna, 1997; Frias e Peixoto, 2001). Em qualquer uma destas três formas de renovação identitária verifica-se que os “centros históricos” são frequentemente instrumentalizados de modo a permitir a difusão intencional de uma imagem negativa da cidade. O objectivo desta estratégia tem a ver com o facto de o estado degradado do “centro histórico” permitir uma dramatização da condição da cidade que acaba por funcionar como justificação e factor de legitimação da reivindicação de recursos financeiros e de instrumentos legais que agilizem a desejada renovação identitária. Por outro lado, numa outra lógica de instrumentalização, os “centros históricos” são idealizados de modo a permitir, através de práticas selectivas de visibilização de elementos emblemáticos das zonas urbanas antigas, que a cidade promova uma imagem positiva. Esta dissonância de imagens gerada, muitas vezes, por organismos de gestão locais com interesses divergentes, configura, desde logo, um quadro de insustentabilidade cultural.

É a combinação dessas três formas de renovação identitária e o carácter voluntarista que muitas vezes as anima, que nos leva a interpelar a congruência simbólica de cidades que estão a transformar-se rápida e profundamente. Ou seja, até que ponto essas cidades em mudança vertiginosa são culturalmente sustentáveis? Esta questão ganha um sentido mais agudo se recordarmos que, com alguma frequência, designamos por “centros históricos” lugares que, em rigor, não são nem centrais nem históricos. Esta constatação leva-nos a reformular a questão da sustentabilidade em termos analiticamente mais profícuos. Porque se apresentam como históricas cidades que estão claramente apostadas em se modernizarem recorrendo a elementos do seu passado?

---

<sup>2</sup> Devemos salientar que a lógica de empresarialização nem sempre está dependente, pelo menos exclusivamente, da actuação do poder político local. Muitas vezes ela é visível na actuação das grandes empresas do lazer e do entretenimento que descobriram o valor emblemático das cidades para as estratégias dos produtos que comercializam.

Muitas cidades mantêm uma imagem de “cidade histórica” ancorada na sua vetustez e no carácter das suas funções dominantes. Ou seja, o *ethos* dominante da cidade é de natureza “histórica”, por oposição a “moderno” (Ashworth e Tunbridge, 2000). O “centro histórico”, não obstante a existência de novos espaços urbanos, diz respeito a um lugar circunscrito e delimitado onde se localizam as fontes deste *ethos* e as manifestações festivas, estéticas e emblemáticas da sua afirmação.<sup>3</sup> Neste sentido, é possível continuar a falar de uma “cidade histórica” ainda que ela, no seu conjunto, já não o seja do ponto de vista das funções dominantes. Mas mesmo nestas situações é frequentemente o “centro histórico” que detém o poder de representação e de percepção da cidade actual porque nele estão fixados os símbolos que dão forma à identidade urbana. O passado e a história, de que os “centros históricos” aparecem como repositório, são a matéria prima necessária para criar um *décor* que sustenta a introdução de elementos modernos na paisagem urbana. É esta simultaneidade de diversidades entre o “antigo” e o “moderno” no espaço urbano que, em boa parte, reforça o valor da imagem de marca que os “centros históricos” representam. O capital de inovação daquilo que é catalogado como património reside tanto no facto de poder permitir que o moderno se afirme e se legitime por via da confrontação com o antigo, como numa estetização que radica num confronto de temporalidades e de estilos arquitectónicos e que permite resgatar elementos ameaçados das paisagens urbanas. Neste sentido, a simultaneidade de diversidades pode ser vista como uma condição necessária para assegurar a sustentabilidade cultural, na medida em que pode transportar e formar objectivos promessas de superação da realidade material mas sobretudo imagética. Ou seja, essa simultaneidade, combinada com uma imbricação equilibrada dos elementos antigos com os modernos, pode ser a imagem mais visível da longa duração, revelando, por aí, que a cidade tem não só um passado, como tem também um futuro. A expressão “cidade histórica” é, por isso, frequentemente, um paroxismo linguístico da nova sintaxe do espaço urbano, já que nem nas suas funções dominantes nem no seu *ethos* a cidade é verdadeiramente histórica. Mas é este paroxismo linguístico que sustente uma imagem de continuidade e de sustentabilidade.

---

<sup>3</sup> A delimitação desse lugar é, devido à existência de fronteiras materiais ou simbólicas, mais legível nuns casos do que noutros. Mas se as muralhas dos antigos centros urbanos possuem um “sentido sacral” (Fernandes, 1992) é porque elas detêm um poder representacional que ultrapassa em muito seu valor funcional.

## Os fluxos turísticos e o mercado urbano de lazer

A partir dos anos 60 do século XX o turismo tornou-se um fenómeno global massificado. Ainda que o turismo urbano tenha ficado inicialmente à margem desta massificação, a cidade é, hoje em dia (a par do litoral e do campo, e antes das montanhas), um dos quatro grandes destinos de férias. No domínio das estadias de curta duração (menos de 4 noites), as cidades assumem-se como o principal destino à escala europeia, concentrando 50% da procura (Merlin, 2001).

Fenómenos como o do turismo urbano contemporâneo e das práticas urbanas de lazer só podem ser compreendidos se os analisarmos no âmbito do processo de estetização em que estão a ocorrer. Com isto queremos dizer que o turismo urbano, cada vez menos redutível ao turismo histórico e patrimonial, depende crescentemente da existência de cenografias que estimulem a actividade sensorial dos turistas (Frias e Peixoto, 2001). O que há hoje de novo quando olhamos para o turismo urbano é que, para além da importância do fascínio exercido pela temporalidade simbolizada nos monumentos e na arquitectura, há outros factores de estetização que derivam dos estilos de vida, dos quotidianos e dos espaços urbanos que a indústria turística e de lazer promove e comercializa, que são igualmente importantes para percebermos a expansão do mercado urbano do turismo e lazer (Fortuna, 1999).

Um dos processos que, actualmente, é particularmente visível nas cidades portuguesas e que tem directamente a ver com a transformação do espaço urbano, com a dimensão patrimonial da cidade, com o fenómeno turístico e com o mercado urbano de lazer é o processo de estetização das paisagens urbanas (Frias e Peixoto, 2001). Este processo, nas diversas vertentes em que se manifesta (Welsch, 1997), aponta para a reactivação de usos passados, para a fabricação de produtos artesanais e para a mobilização e a concentração de elementos culturais e históricos de modo a mostrar que as cidades dispõem de um património valioso e digno de ser conhecido. É um processo que se caracteriza por uma invenção ou uma reinvenção de tradições, por uma certa folclorização<sup>4</sup> de determinadas práticas urbanas, por uma culturalização de locais ou de “centros históricos” (Cordeiro, 1997; Costa, 1999) e por uma transformação da arquitectura em monumentos.

---

<sup>4</sup> Para uma análise de fenómenos que a sociologia trata genericamente como elementos do processo de folclorização ver Pinto (1985), Silva (1994) e Costa (1999: 31 e sgs).

Um dos efeitos imediatos deste processo de estetização traduz-se no facto de as práticas quotidianas dos indivíduos ou de locais e edifícios onde a vida normal se desenrola estarem a ser, de algum modo, encenados para adquirem o estatuto de um produto, de um signo e de uma imagem destinados a serem consumidos, ainda que sob a forma de um consumo meramente visual. Em concreto, este processo de estetização, nos variados contextos urbanos em que ocorre, revela-se num urbanismo intensivo, visível no embelezamento das fachadas, no ordenamento das cidades, ou através da criação de eventos atractivos que combinam o tradicional com o festivo. Com efeito, as cidades estão cada vez mais envolvidas em projectos que visam proporcionar uma cultura urbana baseada no usufruto do espaço público e na promoção de uma cidadania que depende da capacidade em fazer assentar a vida quotidiana em actividades de natureza lúdica. Ao nível das políticas urbanas, os “centros históricos” e o espaço público estão a ser encarados como equipamentos culturais. De acordo com José Madureira Pinto, “a verdadeira importância dos processos de patrimonialização reside, não tanto na estratégia de conservação das marcas arquitectónicas do passado, como, sobretudo, no estímulo dado, por seu intermédio, à criação cultural autónoma e à recuperação mais genuína da festa, a saber, a da celebração colectiva em que todos são tendencialmente protagonistas” (1995: 192). Numa outra dimensão não tão material o processo de estetização insinua-se, como vimos no ponto anterior, através de um léxico e de uma iconografia de natureza publicitária que lançam as cidades para o palco da encenação e da exibição.

Mas o processo de estetização revela-se, também, no distanciamento que se estabelece entre uma cultura vivida ou um espaço habitado e a relação de exterioridade que caracteriza a experiência turística. Ou seja, muitos dos aspectos que é suposto representarem a vida quotidiana dos indivíduos ou de uma cidade são, por via da encenação, por via da elaboração de cenografias turísticas, algo de exterior aos residentes ou à cidade. E os estilos de vida apresentados e vendidos aos turistas têm, frequentemente, muito pouco ou nada a ver com aquilo que é a vida quotidiana dos indivíduos (Cf. Frias e Peixoto, 2001).

Outro dos efeitos imediatos deste processo de estetização reside no facto de ele estender o campo do patrimonializável até ao infinito. Isto porque o estímulo que recolhe da expansão da economia turística, leva-o a registar todos os domínios da “memória” e da “cultura”. No limite, estamos perante uma situação em que tudo pode ser “património”: práticas, lugares, edifícios, natureza, gastronomia, *etc.*. A consequência mais importante desta patrimonomania (Martin-Granel, 1999) não está em ela conduzir ao crescimento e à diversificação do volume de elementos protegidos e restaurados. Embora essa dimensão da

análise seja relevante, é muito mais interessante constatar que essa fúria patrimonialista modifica também a nossa relação à cidade, ao passado e ao futuro na nossa qualidade de residentes numa cidade e de consumidores de actividades de lazer. Por isso, o fenómeno actual da hiperestetização não pode, na verdade, deixar de ser pensado fora do contexto de uma estratégia económica voltada para o mercado do lazer e do turismo histórico e patrimonial.

As duas últimas décadas do século XX ficam marcadas, ao nível urbano, pelos modos intencionais e espectacularizantes que as cidades põem em prática para irradiarem sedução. É neste contexto que a estilização e o tratamento plástico do espaço público ganham uma acuidade inusitada. Por outro lado, parece-nos que hoje tudo se deve transformar numa experiência (Pine II e Gilmore: 1999). Cada *boutique*, cada praça, cada café é, hoje em dia, concebido para se tornar uma «experiência activa». Vai-se ao *shopping*-experiência não necessariamente para fazer compras, mas para entrarmos numa espécie de desfile de carnaval onde se ensaia uma inversão dos papéis sociais; vai-se a um restaurante-experiência não só pelo prazer da comida, mas porque a gastronomia-experiência se converte numa espécie de viagem e de descoberta do exótico; e, por fim, volta-se a casa para se gozar uma residência-experiência, não só para descansar mas para experimentar as novas tecnologias interactivas: estar no seu reduto e ao mesmo tempo em todo o lado (Welsch, 1997). Neste contexto de transformação da vida quotidiana em actividade lúdica - porque é isso que está em causa - o imperativo hedonista torna-se “a nova matriz cultural” e a cidade parece converter-se numa espécie de “hipermercado de modos de vida” (Ascher, 1998), onde podemos adquirir a cada instante aquele que mais nos cativa. Os “centros históricos” podem constituir, neste âmbito, cenografias ou elementos de cenografias que ajudam a estilizar o espaço onde se desenrolam as trajectórias dos indivíduos que buscam incessantemente experiências hedonistas.

A questão da sustentabilidade que aqui deve ser colocada é a de saber até que ponto espaços que estão a ser ordenados para actividades lúdicas e de consumo, onde os elementos locais, incluindo os indivíduos, são preservados como atracções, são verdadeiramente sustentáveis? A animação, frequentemente exacerbada, que parece estar a ocorrer nos “centros históricos” como expoente de concretização dos processos de estetização, não deixa de ser o outro lado da moeda da desvitalização. Ou seja, contra a desvitalização há uma revivificação em parte encenada por um certo excesso de animação e recuperação voluntariosa de tradições. Nesse sentido, torna-se pertinente perguntar até que ponto um espaço preferencialmente votado ao turismo e ao consumo, eventualmente repulsivo às actividades quotidianas e aos cidadãos locais, permite sustentar

que estamos perante um espaço público? Além disso, do ponto de vista da sustentabilidade financeira, o turismo, devido à sua sazonalidade e à sua enorme sensibilidade a efeitos de conjuntura, está longe de constituir uma opção capaz de suscitar um consenso amplo. Tanto mais que as práticas turísticas e de lazer, mesmo quando não induzem uma carestia de vida nos locais onde se instalam, ou uma retracção ou esvaziamento da função residencial, ou mesmo uma segregação espacial, acabam, frequentemente, por suscitar situações de conflitualidade, como sejam as associadas às práticas nocturnas de lazer que interferem com os ritmos de vida dos residentes.

### **Intervenções urbanísticas, *centros históricos* e a nova realidade alegórica das cidades**

O urbanismo, que ganha raízes com Haussman e se solidifica com Le Corbusier, transposta, nas suas múltiplas vertentes, uma solução científica para o desencantamento resultante do crescimento urbano que a industrialização fomentou. A cidade, que tinha sido promessa de libertação para muitas camadas sociais na época pré-industrial, vai perdendo essa aura à medida que a explosão demográfica urbana e a intensificação da suburbanização liquidam a utopia da cidade moderna como o novo éden terrestre. A corrente progressista do urbanismo, que se impõe no início da terceira década do século XX, propondo uma “nova urbanidade” em que o funcionalismo é a base da satisfação social, promete reencantar a cidade. O triunfo da filosofia da planificação das cidades e a ambição de dominar a organização espacial por via da construção de cidades *ex nihilo* traduzem o grau acabado da modernidade urbana.

Mas o insucesso do urbanismo moderno, simbolizado pelos discursos da crise do espaço público, pelas preocupações ambientais e patrimoniais, pela exclusão social e pelo incumprimento da “nova urbanidade”, conduz, nos anos 1980, à afirmação de uma nova filosofia de planeamento. As linhas de orientação desta nova filosofia são dominadas pela ideia de reabilitação e de requalificação da “cidade histórica e tradicional” em prejuízo das modalidades de planeamento que apostavam na criação e planificação de novos espaços. Procura-se assim refazer a cidade a partir da cidade e não a partir do nada. Na origem desta nova orientação encontra-se a noção de “projecto urbano” que, de um modo muito claro nos anos 1990, ganha forma, no contexto de um processo de estetização urbana, nas noções de planeamento estratégico, cidade sustentável, espaço público, qualidade de vida, cultura urbana, *etc.*.

O “projecto urbano”, voltado para um urbanismo intensivo, visa essencialmente a concepção de espaços que fomentem uma pluralidade de usos. Esta pluralidade é a base da dinâmica desses espaços e é vista como o ingrediente que estimula a sua apropriação social por via da fomentação de experiências estetizantes. Assim, a política de requalificação aposta no desenvolvimento de lugares de urbanidade que propiciem a reflexividade, a emergência de novos valores e sociabilidades, a criação de um espaço cénico de fruição estética e sensível e a afirmação de uma identidade caracterizada pelo espírito de lugar. Nestes objectivos opõe-se claramente à política de criação de novos espaços e ao urbanismo moderno, uma vez que este, fiel ao princípio da divisão monofuncional do espaço, baseado na quadrilogia habitar/trabalhar/divertir-se/deslocar-se, levou a que o espaço público fosse devorado pela circulação frenética de indivíduos e automóveis.

Os “centros históricos” reabilitados estão, em maior ou menor grau, a converter-se em palcos de sociabilidades espectacularizadas e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Alegoria esta que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, os “centros históricos” são cada vez mais apresentados como a expressão concreta de uma ideia de espaço público que permite que a cidade seja imaginada e transformada a partir do seu passado. Assim, sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, os “centros históricos” são uma alegoria desse espaço público, supostamente perdido que urge recuperar. As intervenções mais voltadas para um urbanismo intensivo, assente no desenho urbano, têm ocorrido nos locais onde uma ideia de património se pode juntar a uma ideia de espaço público para ser potenciada como atracção turística e de lazer. Por outro lado, a animação crescente dos “centros históricos” e a sua turistificação, constituem e originam expressões performativas e plásticas que pretendem sugerir ideais de cidadania e de participação cívica. O espaço recuperado aparece assim como uma nova plataforma de pendor artístico capaz de gerar significados sociais, como se o visual fosse a condição fundadora de novas sociabilidades. Finalmente, os “centros históricos” funcionam como alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas, frequentemente contrastando com o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstracta de qualidade de vida. Neste âmbito, funcionam como imagem metonímica da cidade, convidando a tomar a parte, ordenada e embelezada, pelo todo. Este carácter alegórico tripartido levanta questões interessantes inerentes à sustentabilidade cultural. Procuramos discuti-las no final deste ponto.

Paradoxalmente, associada a uma retórica de criação de lugares e de experiências únicas, os modelos de desenvolvimento dos centros urbanos antigos acabam, muitas vezes, por levar a que esses espaços se pareçam cada vez mais uns com os outros. Na verdade, sempre que um modelo de desenvolvimento económico ou urbanístico parece funcionar num lugar, este modelo é rapidamente importado, replicado ou até mesmo mimetizado, por outros lugares (Page, 1995), num processo que poderíamos designar por “*benchmarking* urbano”.<sup>5</sup> A corrida ao estatuto de património mundial, as formas de animação, o mobiliário e os equipamentos urbanos, as opções urbanísticas e arquitectónicas não deixam de ser uma consequência deste efeito de reprodução em série de um modelo de desenvolvimento urbano que, pelo menos aos olhos dos responsáveis locais, cria novas oportunidades de afirmação das cidades, novas vantagens no domínio turístico e comercial e novos elementos que contribuem para reforçar a identidade local. A consequência imediata desta tendência é que, desde os anos 1990, tem aumentado incessantemente o número de cidades históricas que estão a competir pelo mesmo mercado turístico (Peixoto, 2000b e 2001).

Assim, do ponto de vista da sustentabilidade cultural das cidades, somos recorrentemente confrontados com cenários urbanisticamente dissonantes. Acresce que as inovações urbanísticas se manifestam frequentemente através de episódios e de exemplos de retórica urbana que fazem dos “centros históricos” palcos de sociabilidades mais ou menos encenadas e que “convertem a vida quotidiana numa actividade comemorativa” (Jeudy, 1996). Por isso, pode dizer-se que “os centros urbanos no seu esplendor pós-moderno são algo assim como as imponentes cenografias operísticas em que só a contraluz (à revelia da orientação dos focos de iluminação) deixa ver a urdidura caótica da trama” (Baptista e Pujadas, 2000: 302). Esta dissonância, quando confrontada com a descrença, partilhada por muitos, “de que a revitalização e regeneração urbana das praças, ruas, teatros ou cafés

---

<sup>5</sup> A ideia de *benchmarking* desenvolveu-se, particularmente, a partir dos anos 1970, tendo-se consolidado nos anos 1980 e 1990. A sua difusão fica a dever-se às experiências de empresas norte americanas, nomeadamente a *Xerox Corporation*, onde foi adoptada como ferramenta de gestão. Na sua essência, o *benchmarking* consiste em promover a comparação e a aprendizagem com entidades que concorrem no mesmo sector. Esta operação baseia-se em 4 processos fundamentais: desenvolver uma percepção detalhada dos processos de trabalho utilizados; analisar os processos dos outros, sobretudo os mais competitivos; comparar os processos utilizados com os dos outros identificando as desvantagens; dar os passos necessários para colmatar o hiato existente, procurando reproduzir os factores de sucesso dos processos mais competitivos. Podemos argumentar que o *benchmarking* não é uma tendência assim tão nova da indústria nem sequer dos modelos urbanos de desenvolvimento. O que é verdadeiramente relevante são a velocidade e a escala da circulação de modelos urbanísticos globalizados.

acarretará, por efeito automático, o reencantamento da esfera pública ou semipública” (Cf. Lopes, 2002), leva-nos a questionar o papel do urbanismo e do “projecto urbano” na promoção da sustentabilidade urbana.

Se olharmos para as tendências dominantes do *design* urbano em muitas cidades portuguesas verificamos que o espaço citadino está a ser trabalhado para favorecer as práticas turísticas e de lazer: ruas pedonais, ciclovias, frentes de água com esplanadas (modelo Expo’98), teleféricos, e muitas outras configurações espaciais do mesmo género. Podemos olhar para estas tendências do *design* urbano como símbolos de uma nova economia urbana e como indicadores das transformações em curso nas nossas cidades. Símbolos que nos dizem tanto sobre o presente e o futuro das nossas cidades quanto as torres das igrejas, que se elevam acima dos outros edifícios, nos dizem sobre as dinâmicas dominantes num passado mais longínquo, ou as chaminés das fábricas, a querer tocar o céu, nos podem dizer aquilo que já foram dinâmicas económicas e sociais dominantes noutros tempos. A regeneração urbana em curso tem recuperado e estetizado não só “tempos mortos”, mas sobretudo “espaços mortos” das cidades. Ao fazê-lo, o processo de regeneração urbana põe em marcha uma verdadeira economia simbólica do património (Zukin, 1997). Ou seja, a patrimonialização de inúmeros artefactos mostra a emergência de uma nova economia ligada ao turismo e ao lazer que, mesmo não sendo dominante, simboliza o aparecimento de novas dinâmicas sociais e económicas. A estetização em que esta regeneração assenta levanta, porém, uma questão óbvia de sustentabilidade quando nos encontramos perante uma política de reabilitação “fachadista” que recupera o valor arquitectónico dos edifícios não considerando a sua função e o papel que teve na formatação da identidade urbana. Por outro lado, quando olhamos a cidade no seu conjunto e somos confrontados com paisagens visual e dramaticamente dissonantes somos obrigados a questionar a sustentabilidade urbanística das cidades em que vivemos. Esta questão torna-se tanto mais premente e perturbante em termos de sustentabilidade ecológica quanto os programas de reabilitação urbana se concentram exclusivamente nas áreas urbanas consolidadas deixando de lado, à mercê da corrosão do tempo e da especulação imobiliária, as áreas mais recentemente urbanizadas.

## Referências Bibliográficas

- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- Ascher, François (1998), *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta.
- Ashworth, G. J. e Tunbridge, J. E. (2000), *The Tourist-Historic City - Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City*. Amsterdão: Pergamon.
- Baptista, Luís Vicente e Pujadas, Joan Josep (2000), “Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades”. *Forum sociológico*, 3/4, 293-308.
- Colardelle, Michel (1998), “Les acteurs de la constitution du patrimoine: travailleurs, amateurs, professionnels” in *Actes des entretiens du patrimoine* [Patrimoine et passions identitaires]. Paris: Fayard, 123-135.
- Cordeiro, Graça Indias (1997), *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta.
- Fernandes, António Teixeira (1992), “Espaço social e suas representações”. *Sociologia*, 2, 61-99.
- Ferreira, Claudino (1998) “Processos culturais e políticas de formatação de um mega-evento: do movimento das exposições internacionais à Expo’98 de Lisboa” in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 255-313.
- Ferreira, Vítor Matias (1997), (Org.), *Lisboa, a metrópole e o rio. Centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Bizâncio.
- Fortuna, Carlos (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade - o caso de Évora” in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, 231-257.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta.
- Frias, Aníbal e Peixoto, Paulo (2001), “Esthétique urbaine et jeux d’échelles: expressions graphiques et images du patrimoine au sein du monde universitaire de Coimbra”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 162.
- Guillaume, Marc (1980), *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence (orgs.), (1983), *The Invention of Tradition*. Oxford: Blackwell.
- Jeudy, Henri-Pierre (1996), “Au tout patrimoine”, *Actas do seminário ‘Ville et patrimoine’*, Marselha [Publicação electrónica]. [<http://www.vtm-asso.com/ressources/7seminaires/patrimoine/2seanPatr.htm>]
- Lamy, Yvon (1996), “Des usages du mot aux syntaxes scientifiques”, in Yvon Lamy (org.), *L’alchimie du patrimoine - discours et politiques*. Talence: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine, 27-40.
- Lopes, João Teixeira (2002), *Novas questões de sociologia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Lowenthal, David (1989), “Nostalgia Tells it Like it Wasn’t”, in Christopher Shaw e Malcom Chase (orgs.), *The Imagined Past - History and Nostalgia*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press.

- Lowenthal, David (1996), *Possessed by the Past - The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Nova Iorque: The Free Press.
- Martin-Granel, Nicolas (1999), “Malaise dans le patrimoine”. *Cahiers d’Études Africaines*. [Prélever, exhiber. La mise en musées], XXXIX (3-4), 155/156, 487-510.
- Merlin, Pierre (2001), “Tourisme et aménagement touristique”. *Notes et Études Documentaires*, 5133-34 [La Documentation Française].
- Page, Stephen (1995), *Urban Tourism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Peixoto, Paulo (1997), *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*. Tese de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (mimeo).
- Peixoto, Paulo (2000a), “Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de *marketing* urbano”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.
- Peixoto, Paulo (2000b), “O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 155.
- Peixoto, Paulo (2001), “As cidades e os processos de patrimonialização” in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista et Maria João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole - Centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta, 171-179.
- Peixoto, Paulo (2002), “Os meios rurais e a descoberta do património”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 175.
- Pine II, B. Joseph e Gilmore, James H. (1999), *The Experience Economy: Work is Theatre & Every Business a Stage*. Boston: Harvard Business School Press.
- Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1995), “Intervenção cultural em espaços públicos” in Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 191-207.
- Santos, Helena e Abreu, Paula (1999), “Culturas e cidades: espaços, dinâmicas, públicos. Algumas pistas de análise”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 152.
- Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- Welsch, Wolfgang (1997), *Undoing Aesthetics*. Londres: Sage.
- Zukin, Sharon (1997), *The Cultures of Cities*. Oxford e Cambridge: Blackwell.